
APRESENTAÇÃO

“Não é nossa função controlar todas as marés do mundo, mas sim fazer o que pudermos para socorrer os tempos em que estamos inseridos, erradicando o mal dos campos que conhecemos, para que aqueles que viverem depois tenham terra limpa para cultivar. Que tempo encontrarão não é nossa função determinar.”

J.R.R. Tolkien

“Faça a cada dia algo que o aproxime um pouco mais de um amanhã melhor.”

Doug Firebaugh

A presente Coletânea é fruto da parceria entre a Escola da Advocacia-Geral da União na 3ª Região e a Escola de Magistrados - Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cujo pontapé inicial foi a realização de relevantes diálogos interinstitucionais nos Congressos de Combate à corrupção na Administração Pública, organizados conjuntamente em agosto de 2018 na 1ª edição e, em outubro de 2019 na 2ª edição, ambos na cidade de São Paulo.

A corrupção sistêmica corrói a democracia, inibe o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, desestabiliza a confiança nas instituições (especialmente as que exercem funções essenciais à Justiça) e perpetua ciclos de pobreza.

A presente obra conta com diversos artigos científicos de autoria de magistrados, promotores, advogados públicos e privados, grandes estudiosos, brasileiros e estrangeiros, que dialogam com profundidade sobre os principais instrumentos de combate à corrupção na Administração Pública e revelam importantes reflexões teóricas e pragmáticas sobre gestão, políticas públicas, regulação, anticorrupção, compliance e responsabilização do agente público. São abordados também os temas da transnacionalidade e da cooperação jurídica internacional, bem como a coordenação e cooperação interinstitucional no combate à corrupção, acordos de leniência, colaboração premiada, improbidade administrativa e reflexos da LINDB na Lei de Improbidade. Finalizam a compilação duas notáveis contribuições do Direito Estrangeiro, comprovando o caráter transnacional do tema.

Acreditamos que o combate à corrupção depende da cooperação de todos, sendo fundamental a união de esforços entre todas as instituições públicas, cada uma exercendo suas atribuições constitucionais e atuando de forma colaborativa e coordenada. Este é o propósito que inspirou a presente obra!

Os coordenadores

Tércio Issami Tokano
(Secretário Executivo do Ministério da Justiça)

José Marcos Lunardelli
(Desembargador Federal no TRF da 3ª Região)

Rita Dias Nolasco
(Diretora da Escola da AGU na 3ª Região)

Danilo Barbosa Sant'Anna
(Diretor Nacional da Escola da AGU)

PREFÁCIO

“A maioria das pessoas imagina que o mais importante no diálogo é a palavra. Engano: o importante é a pausa. É na pausa que duas pessoas se entendem e entram em comunhão.” – Nelson Rodrigues

Existem alguns possíveis consensos quando o assunto é combate à corrupção na administração pública. Um deles é de que se trata de tema transdisciplinar, devendo ser analisado de modo sistêmico sob variadas vertentes e perspectivas teórico-científicas. Outro consiste na necessidade de propor alterações normativas visando ao aprimoramento de institutos jurídicos e o fortalecimento das instituições do sistema de Justiça.

Um terceiro, bastante recorrente, é de que a efetividade do combate à corrupção guarda direta proporção com a capacidade organizativa do Estado, no sentido de que todas as instituições que lidam com a temática devem atuar de forma colaborativa, interativa e otimizada, de tal modo que, preservando-se os limites das atribuições de cada uma, a moralidade administrativa seja protegida de forma racional e sustentável, sem voluntarismos ou personalismos transitórios.

É nesse terceiro contexto que, para a satisfação de todos os que lutam por um país mais justo, vem a lume a obra coletiva “Combate à Corrupção na Administração Pública – Diálogos Interinstitucionais”, coordenada pelo eminente Desembargador Federal José Marcos Lunardelli, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e pelos colegas da Advocacia-Geral da União Danilo Barbosa Sant’Anna, Rita Dias Nolasco e Tercio Issami Tokano, todos com destacada atuação acadêmica ou profissional na área de combate à corrupção.

A participação de renomados juristas nacionais e estrangeiros na presente coletânea, brindando-nos com reflexões extraídas de suas variadas vivências, quer na condição de pesquisadores, quer enquanto notáveis profissionais que honram o Magistério, a Magistratura, o Ministério Público e a Advocacia, garante, pela riqueza de conteúdo e pluralidade de visões, o caráter efetivamente dialógico que, para além de dar título à obra, qualifica sobremaneira o conjunto de artigos ora ofertados à comunidade jurídica.

Os diálogos interinstitucionais ocorridos em eventos da Escola da Advocacia-Geral da União, em parceria com a Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, agora vertidos nesta obra, são a prova de que é possível construir unidade de propósitos em meio à diversidade de visões. Esta reflete a riqueza e legitimidade de todas as instituições do sistema de Justiça. Aquela representa o entrelaçamento colaborativo, respeitoso e responsável de todos aqueles que, unidos pelo desiderato comum e perene de construir um país mais livre, justo e solidário, desejam inserir o Brasil no seleto rol de países que combatem exitosamente a corrupção na administração pública.

Brasília, junho de 2020.

André Luiz de Almeida Mendonça

Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil